

MULHER TEM MAIS EMPREGO, METADE INFORMAL

Na América Latina, mulheres trabalhando passam de 32% para 53%; entretanto, elas enfrentam piores condições e têm menos benefícios.

Nunca tantas mulheres participaram do mercado de trabalho na América Latina, mas elas têm de aceitar condições piores que os homens no emprego, diz relatório do PNUD em parceria com a **OIT (Organização Internacional do Trabalho)**.

Na região, mais de 100 milhões de mulheres (53% do total) trabalha. Um crescimento notável, considerando-se que em 1990 eram apenas de 32%. Apesar disso, 50,7% delas está no mercado informal, enquanto, entre os homens, 78% têm emprego e 40,5% destes postos são informais. O **documento na íntegra** está disponível no site da OIT.

De acordo com as agências, a necessidade de cuidar da família e das tarefas domésticas faz as mulheres aceitarem mais empregos de menor qualidade, mas que permitem horários flexíveis, por exemplo. As mulheres dedicam entre 1,5 e 4 vezes mais tempo ao lar do que os homens, revela a pesquisa. Ainda assim, em 2007, quando foram obtidos os dados, já eram 30% os lares do continente em que a mulher era a maior ou a única responsável pela renda da casa. A proporção é a mesma no Brasil.

“A ausência de horários e lugares de trabalho fixos permite às mulheres assumir, em paralelo a um trabalho remunerado, a totalidade das responsabilidades familiares e as tarefas domésticas”, afirma o relatório. “As responsabilidades que levam as mulheres a se inserir na economia informal as levam também a um beco sem saída de empregos de má qualidade carentes de proteção social.”

Sete a cada dez mulheres entre 20 e 40 anos estão inseridas do mercado de trabalho, um recorde segundo o estudo. Apesar disso, apenas 15% das mulheres na região e 25% dos homens de 15 a 65 anos estão cobertos pela seguridade social. No Brasil, menos da metade das mulheres da população economicamente ativa está coberta por serviços de seguridade social. No mercado informal, outros benefícios como atenção à saúde, licenças médicas e licença maternidade também deixam de ser oferecidos.

O relatório conclui que faltam creches públicas, centros de cuidado para idosos e hospitais, o que prejudica a atuação das mulheres. “Ante a ausência de uma oferta pública suficiente ou o apoio de parentes, as famílias, e especialmente as mulheres, ‘ajustam’ sua inserção no trabalho”, diz o texto.

Leis, como as do Brasil, que defendem que mães trabalhadoras têm direito a usar creches e a amamentar não alcançam a maior parte da população e muitas vezes são descumpridas, acrescenta. As agências recomendam a regulamentação de vagas informais e que os governos tornem mais barato para pequenos empresários o cumprimento das garantias trabalhistas.

Fonte: PNUD/ONU, por Dayanne Sousa da PrimaPagina em 17/06/2009.